

Motivos da Evasão Escolar¹

Coordenação:

Marcelo Neri²

mcneri@fgv.br

Centro de Políticas Sociais /IBRE, REDE e EPGE

Fundação Getulio Vargas

Equipe Técnica/Produção do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento Monte

André Luiz Neri

Célio Pontes

Ana Beatriz Urbano Andari

Carolina Marques Bastos

Ana Lúcia Salomão Calçada

Marlus Pires

¹ Esta pesquisa faz parte de projeto patrocinado pelo movimento Todos Pela Educação, pela Fundação Educar DPaschoal, pelo Instituto Unibanco e pela Fundação Getulio Vargas.. Agradecemos o apoio do INEP do Ministério da Educação através da Rede – Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional - da Fundação Getulio Vargas. Agradeço os comentários e sugestões de Priscila Cruz, Wanda Engel, Fátima Falcão, Reynaldo Fernandes, Mozart Neves, Isabela Paschoal, Luis Paschoal, Camila Iwasaki, Alice Ribeiro e dos participantes de reuniões da REDE da FGV e do grupo técnico do Todos pela Educação

² Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da REDE da Fundação Getulio Vargas.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

**O Tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola/ Coordenação
Marcelo Côrtes Neri. - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.**

[100] p.

1. Educação 2. Motivações Educacionais. 3. Demanda Educacional 4. Permanência na Escola 5. Metas Educacionais I. Neri, Marcelo Côrtes. II. Fundação Getulio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Políticas Sociais.

©CPS/IBRE/FGV 2009

Índice

(Index)

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. TEXTO PRINCIPAL	16
3. APÊNDICE	60
4. APRESENTAÇÃO	87
5. MATERIAL IN ENGLISH –ARTICLE: MOTIVES FOR SCHOOL EVASION	107

Motivos da Evasão Escolar

Sumário Executivo

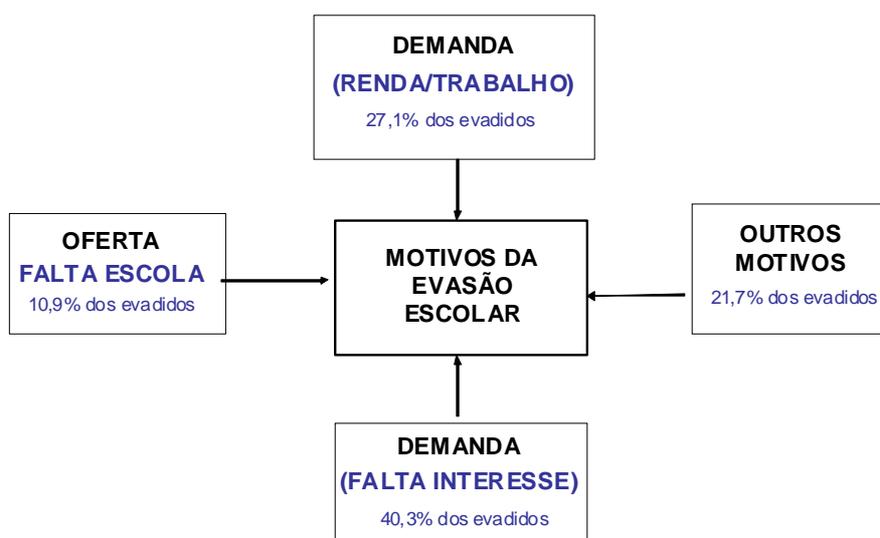
É preciso que se informe a população sobre a importância da educação. Mesmo se vencermos todas as batalhas para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com apoio e ação dos estudantes e seus pais. Estes são os atores que, ao fim e ao cabo, vão assegurar o sucesso da política pública. Buscamos, aqui, entender as motivações relatadas diretamente pelas pessoas para não estarem na escola. Não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como equidade e eficiência. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam essas informações em decisões. Os suplementos de educação da PNAD permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e assim, podem aprimorar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. Buscamos municiar gestores e analistas sobre as percepções e motivações do cidadão comum acerca de fatores subjetivos e objetivos de atratividade da escola.

Paradoxo - A taxa de retorno social da educação envolve os custos de oportunidade do adolescente estudar em vez de trabalhar, os prêmios trabalhistas e os custos diretos, privados ou públicos, da educação. A literatura calcula taxas de retorno de 15% por ano de estudo que se encontra num nível mais alto que o custo de financiamento do governo brasileiro que, portanto deveria expandi-la. Entretanto, a taxa interna de retorno da educação relevante para a decisão de pais e filhos é ainda mais alta, pois exclui os custos públicos da educação e inclui outros benefícios privados derivados da educação para além da renda gerada do mercado de trabalho. Por exemplo, nossas pesquisas indicam que 95% das melhoras da saúde percebida observadas a partir de incrementos na educação e na renda associada se dão pelo efeito direto da educação, mantendo-se a renda constante. Ou seja, há um enorme ganho privado a ser auferido para além do mundo do trabalho, a partir da decisão de se educar mais. Neste sentido, a alta evasão escolar constitui um paradoxo. Se a educação gera um retorno privado tão alto, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

Uma primeira resposta ao paradoxo é que os maiores prêmios da educação sobre renda e saúde que ocorrem na meia idade e na velhice, estão longe no horizonte de planejamento do jovem que decide. Em 2006, 2,7% daqueles entre 10 e 14 anos estavam fora da escola, subindo para 17,8% na faixa entre 15 e 17 anos que é a faixa etária do ensino médio, caso não

houvesse atraso escolar onde focamos a discussão aqui. Aí residem os maiores obstáculos da repulsão escolar e onde começam a se multiplicar os fatores de atração trabalhista. Apresentamos evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à evasão escolar. Falamos aqui de perguntas diretas tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está?

Exposição de motivos - Propomos o estudo das causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivações, a saber: A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Senão vejamos: i) Dificuldade de acesso a escola (10,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%). iii) Falta intrínseca de interesse (40,3%). iv) Outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que os três grupos de motivos aventados explicam quase 80% da totalidade das respostas. O que se destaca nestes são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7% das motivações apresentadas contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas.



No âmbito da demanda, há que se distinguir a falta de interesse intrínseca, talvez por desconhecimento dos prêmios oferecidos pela educação, com 40,3% contra 27,1% da necessidade de trabalho e renda. Esta última motivação seria consistente com a operação de

restrições de liquidez enfrentada pelos jovens e suas famílias. Isso sugere a prescrição de políticas de afrouxamento desta restrição, como oferta de crédito educativo, concessão de bolsas ou de transferências de renda condicionadas. De toda forma, este tipo de política teria, segundo os dados, um potencial limitado a menos de um terço das pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola. É preciso aumentar a atratividade da escola.

A evolução temporal em relação a dois anos antes revela uma redução da população nesta faixa etária estimada pela PNAD de 10,7 milhões para 10,4 milhões, fruto da transição demográfica em curso - o que implica a crescente facilidade ao longo do tempo de se ofertar cobertura universal de ensino médio. Na composição das motivações, há ligeira queda na taxa de evasão escolar de 18,1% em 2004 para 17,8% em 2006. Houve redução da falta de demanda intrínseca de 45,2% para 40,3%; já a importância das restrições de renda sobe marcadamente de 22,8 % em 2004 para 27,1% em 2006. O aquecimento do mercado de trabalho no período, combinado com a ausência das condicionalidades de renda para pessoas na faixa de 16 e 17 anos, pode explicar o resultado.

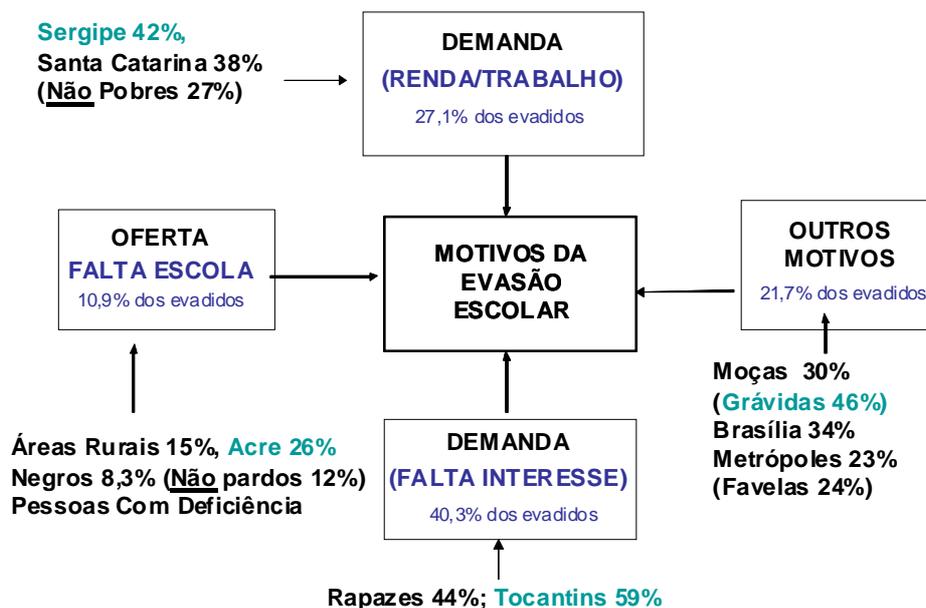
Motivos para Evasão

Motivos de Evasão	2006	2004
Falta de Renda (Demanda)	27.09	22.75
Oferta	10.89	11.14
Falta de Interesse (Demanda)	40.29	45.12
Outros Motivos	21.73	20.77

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados dos suplementos da PNAD/IBGE

Apresentamos a seguir um esquema que sintetiza as informações motivacionais de diferentes grupos da população. Essas informações podem ser encontradas no site da pesquisa por meio do Panorama.

Motivos da Evasão e Grupos Vulneráveis

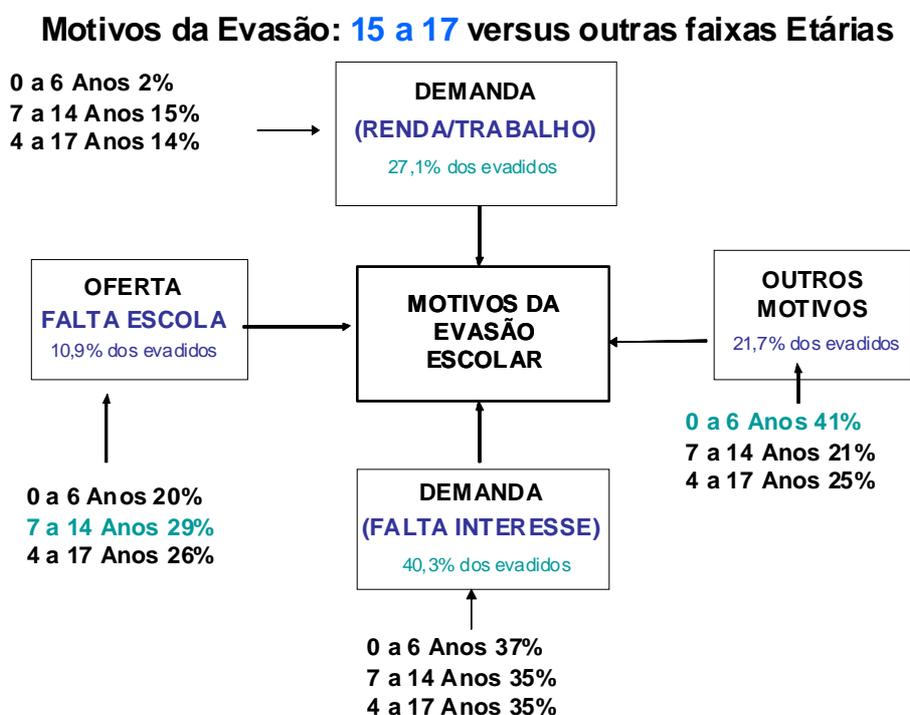


Um contraste relevante de elementos subjetivos que pode ser observado por meio do Panorama se dá pela identidade de quem respondeu o questionário. Isto é, se as respostas foram dadas pelo próprio adolescente, cujo comportamento de evasão da escola é investigado, ou se foram relatadas por outro morador do domicílio, tipicamente a mãe. Os próprios jovens deram 25,7% das respostas acerca de sua educação. A taxa de evasão dos jovens é 54% maior que dos demais (24,1% contra 15,6%). Isto sugere que esses adolescentes estão mais presentes em casa e não na escola (logo possuem menor probabilidade de não freqüentá-la). Feitas as ressalvas, vale a pena, investigar a composição dos motivos para a evasão escolar dadas pelo próprio jovem que estava em casa respondendo o questionário: os motivos de insuficiência de oferta são menores na percepção dos próprios jovens de 15 a 17 anos do que a percebida por outros membros do domicílio (8,6% contra 12,2% dos demais), assim como falta de demanda por falta de interesse intrínseco na educação (34,7% contra 43,1%).

O nível original de desagregação das respostas de todos respondentes permite qualificar os detalhes da percepção de falta de oferta; 45,1% dela se dá pela presença de deficiência ou incapacidade dos jovens, indicando a carência de escolas inclusivas ou especiais. Ainda no campo das dificuldades de oferta vem a falta de vagas, cursos mais elevados e de escola perto que responderiam conjuntamente por 35,2%. A falta de documentação ou dificuldades de locomoção se restringe a 19,7% das justificativas de falta de oferta escolar.

A insuficiência de demanda educacional está menos diretamente associada à necessidade de geração de renda no curto prazo e mais a uma falta de visão de retorno a longo prazo. Esta motivação de falta de interesse intrínseco (40,3%) está dividida em: Não quis frequentar (83,4%); Concluiu a série ou o curso desejado (13,7%) / Pais ou responsáveis não quiseram que frequentasse (2,9%); Assim como no caso do motivo geração de renda, a influência direta dos pais sobre a evasão parece pequena aqui. O adolescente está acima de tudo fora da escola porque ele não quer a escola que aí está.

A seguir apresentamos as mesmas informações para diferentes grupos etários. Podemos analisar, por exemplo, que no grupo de 7 a 14 anos, a falta de oferta é uma fator importante para a evasão, enquanto que o grupo de 0 a 6 é o que apresenta relativamente maior taxa de pessoas que apontam os outros motivos para não frequentarem.



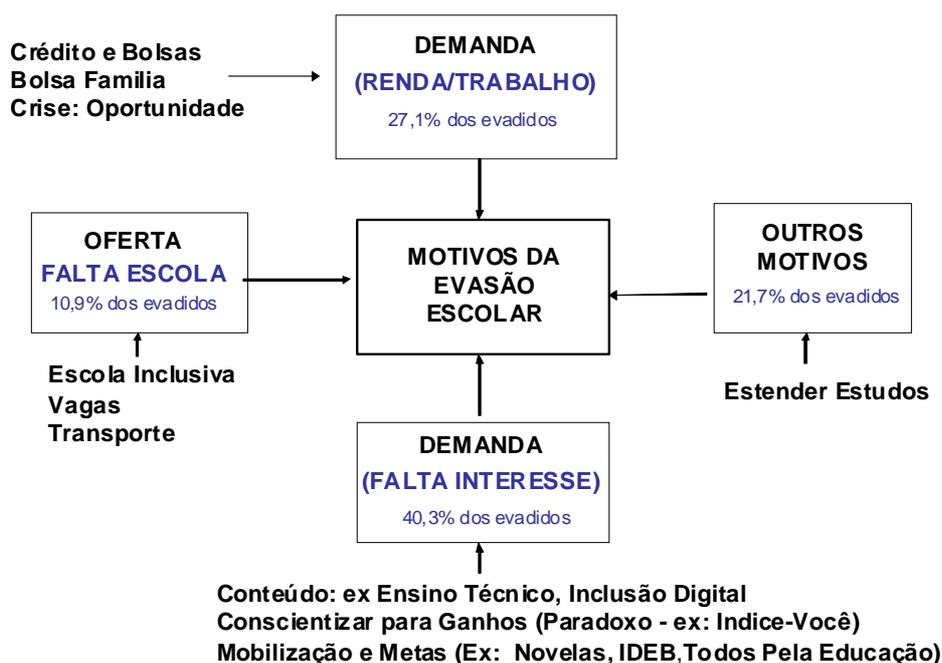
Pobres adolescentes - Dos cerca de 3,12 milhões de pessoas de 15 a 17 anos, 30% do total possuem renda per capita inferior a R\$ 100 mensais faixa de elegibilidade ao Bolsa-Família. A taxa de evasão escolar deles é 23,3% contra 5,8% dos 20% mais ricos. Já a evasão por restrições de renda é 446% maior entre os mais pobres. Entre 2004 e 2006, observamos uma redução absoluta de 12,4% nos motivos de falta de oferta e de 9,8% na falta de interesse intrínseco na educação, ao mesmo tempo em que houve um acréscimo de 27,8% na evasão absoluta dos pobres por motivo de falta de renda.

Uma das dificuldades da população entre 16 e 17 anos no período analisado entre 2004 e 2006 é o fato de eles estarem à época fora da faixa etária de cobertura das condicionalidades educacionais do programa Bolsa Família. Complementarmente, o lançamento do programa do Primeiro Emprego a partir de 2003 tentou - aparentemente sem sucesso - atrair os jovens já a partir da menor idade de 16 anos para o mercado de trabalho por meio de subsídios diretos dado às empresas para a contratação destes jovens. Como já argumentei neste espaço, desde a primeira hora do programa do primeiro emprego: Por que incentivar a educação até os 15 anos de idade e passar a incentivar o trabalho precoce a partir desta idade? O que acontece de tão especial aos 15 anos que deveria implicar nesta mudança de direção dos incentivos públicos dados à escola e ao trabalho? Felizmente, o programa do primeiro emprego foi abandonado, enquanto que a partir de meados de 2007 foi estendido o limite máximo da cobertura etária das condicionalidades do Bolsa Família dos 15 para os 17 anos de idade. Como a proporção de pessoas na faixa de 16 e 17 anos fora da escola é oito vezes maior que na faixa etária de 7 a 15 anos, é de se esperar um maior impacto potencial das condicionalidades neste grupo.

A avaliação *ex-ante* da extensão etária da política de condicionalidades educacionais do Bolsa Família permite antecipar movimentos futuros. Regressões controladas por características sócio-econômicas na faixa de 7 a 15 anos de idade mostram que a chance relativa dos beneficiários potenciais do Bolsa Família evadirem a escola por motivos de insuficiência de renda caiu 18,21% em relação ao grupo de não elegíveis na fase de expansão do Bolsa Família. A redução dos motivos de frequência escolar por insuficiência de renda é consistente com a idéia de que o Bolsa Família diminuiu a restrição de liquidez que empurraria as crianças e jovens adolescentes ao mercado de trabalho. Este exercício na faixa de 15 a 17 anos de idade revela um aumento, entre 2004 e 2006, de 32% da chance relativa da população pobre em relação à população não pobre de evadir a escola por motivos de insuficiência de renda.

A seguir esboçamos onde sintetizamos políticas associadas ao combate da evasão escolar por diferentes motivos.

Motivos da Evasão e Políticas Associadas

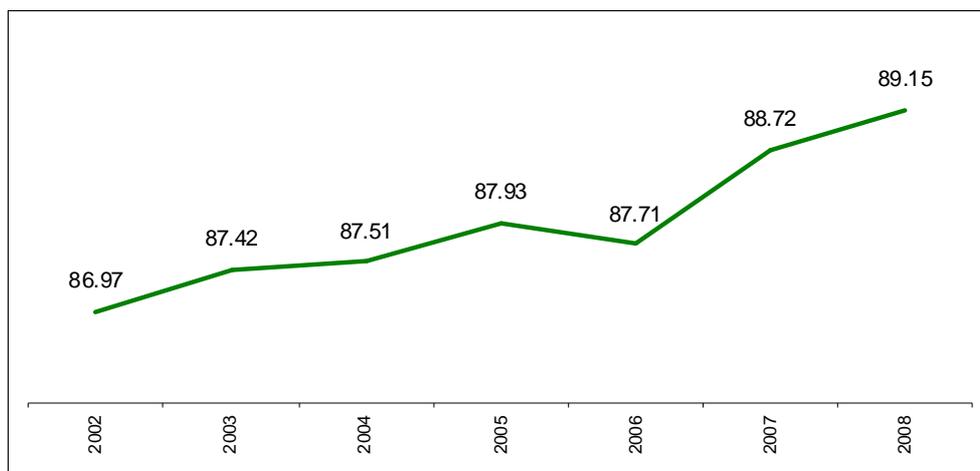


Fatores Objetivos - Avaliamos a situação recente da educação nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil. O foco do nosso estudo é a população entre 15 e 17 anos. Utilizamos aqui os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) que possui periodicidade mensal e tem como vantagem a baixa defasagem de coleta/ divulgação. Este fator é extremamente importante em termos de monitoramento das metas que possibilita analisar os dados no período posterior à criação do Movimento Todos pela Educação. Outra vantagem desta base é o seu caráter longitudinal, que possibilita o acompanhamento do mesmo aluno ao longo do tempo. Isto permite estudar os determinantes objetivos da evasão escolar com maior propriedade.

Números Gerais - Segundo a PME, em 2008, havia cerca de 2 milhões de alunos entre 15 e 17 anos de idade. Matriculados em escolas das principais regiões metropolitanas do país, esse número representa 89,15% da população residente nesta faixa etária (2 pontos de porcentagem acima da média em 2002).

Evolução Anual da Taxa de Matrícula

15 a 17 Anos de Idade

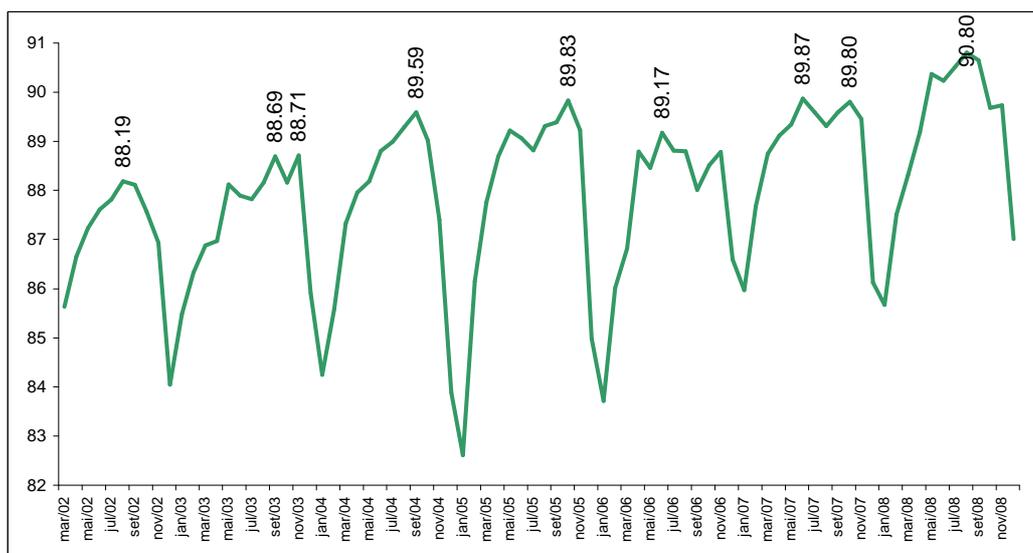


Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Os próximos gráficos apresentam a evolução mensal da taxa de matrículas ao longo dos últimos 6 anos. Uma característica importante da taxa de matrícula captada pela Pesquisa Mensal do Emprego é o seu caráter sazonal. Conforme podemos ver a seguir, há grande variação da taxa de matrícula entre os meses de um mesmo ano. Analisando a série como um todo, o melhor mês foi agosto de 2008 (90,8%).

Evolução Mensal da Taxa de Matrícula

15 a 17 Anos de Idade



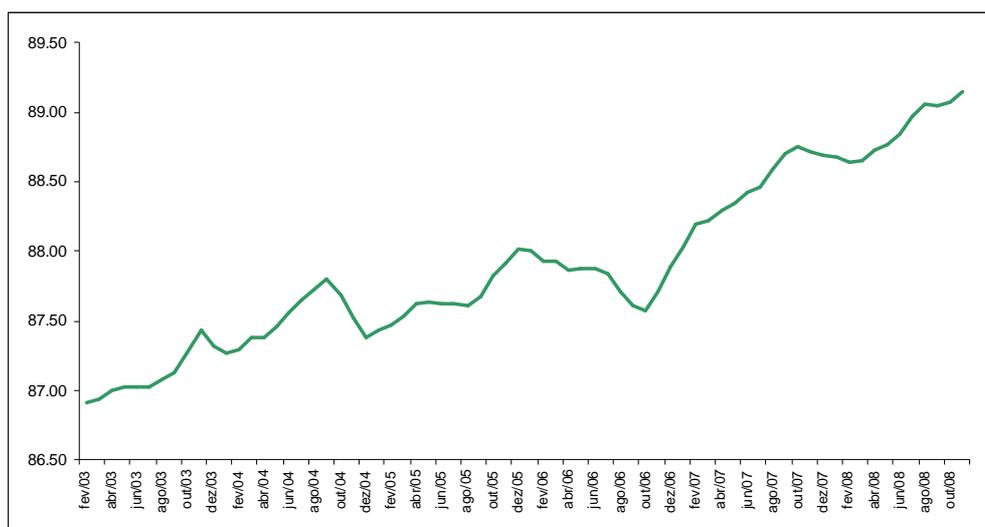
Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Em seguida, a fim de suavizar as estatísticas e assim captar melhor as tendências temporais, optamos por apresentar as mesmas informações anteriores expressas em médias de 12 meses. Nesse caso, observamos taxas crescentes de matrícula, com o pico de frequência em dezembro de 2008, último mês de nossa análise.

Evolução Mensal da Taxa de Matrícula

Média Móvel de 12 Meses

15 a 17 Anos de Idade



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

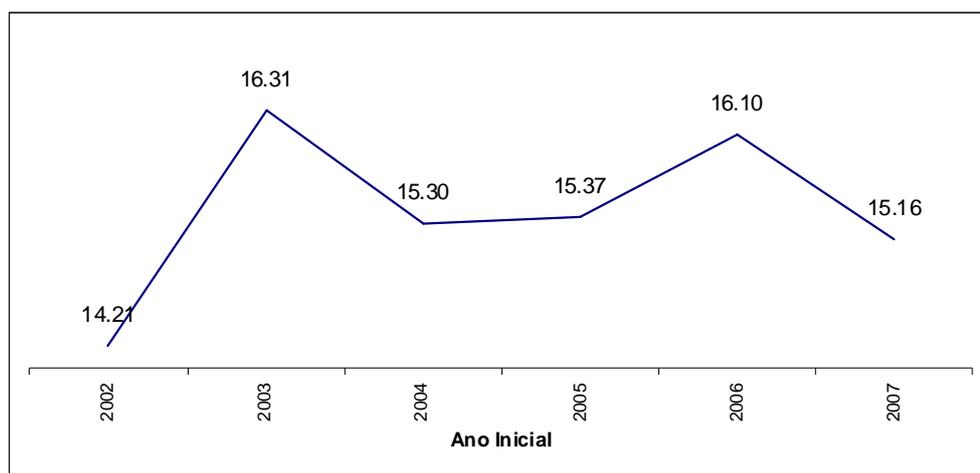
Quando avaliamos as taxas de matrículas levando em conta a escolaridade do chefe do domicílio, os dados demonstram formato, monotonicamente, crescente à medida que caminhamos para níveis mais educados. Ou seja, a taxa de matrícula passa de 83,56% para os sem instrução contra 92,41% quando o chefe tem mais de 11 anos de estudo.

Avaliamos, agora, as diferenças regionais em relação às taxas de matrículas. Nesse quesito, a Região Metropolitana de Salvador ocupa o primeiro lugar no ranking com 89,13%, seguido pelo Rio de Janeiro (89,08%). No outro extremo, Porto Alegre é a região com a menor taxa (83,55%). Um ponto importante que destacamos aqui é a presença de regiões como Porto Alegre e São Paulo, entre aquelas que possuem menores taxas de matrícula. Em geral, regiões com mais oportunidades atraem mais jovens para fora da escola. Ou seja, as chances de saída da escola aumentam à medida que aumentam também as possibilidades de trabalho.

Análise Dinâmica de Atratividade

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências em diferentes meses. Calculamos as probabilidades de transição para dentro e para fora da escola, bem como de não-transição, entre pares de observação das mesmas pessoas num intervalo de doze meses. Observamos, inicialmente, a evolução da taxa de abandono escolar nos últimos anos. De acordo com o gráfico abaixo, as maiores taxas de evasão foram apresentadas nos períodos de transição de 12 meses dos anos 2003 para 2004 e 2006 para 2007, onde as taxas de evasão são maiores que 16% daqueles que estavam inicialmente na escola.

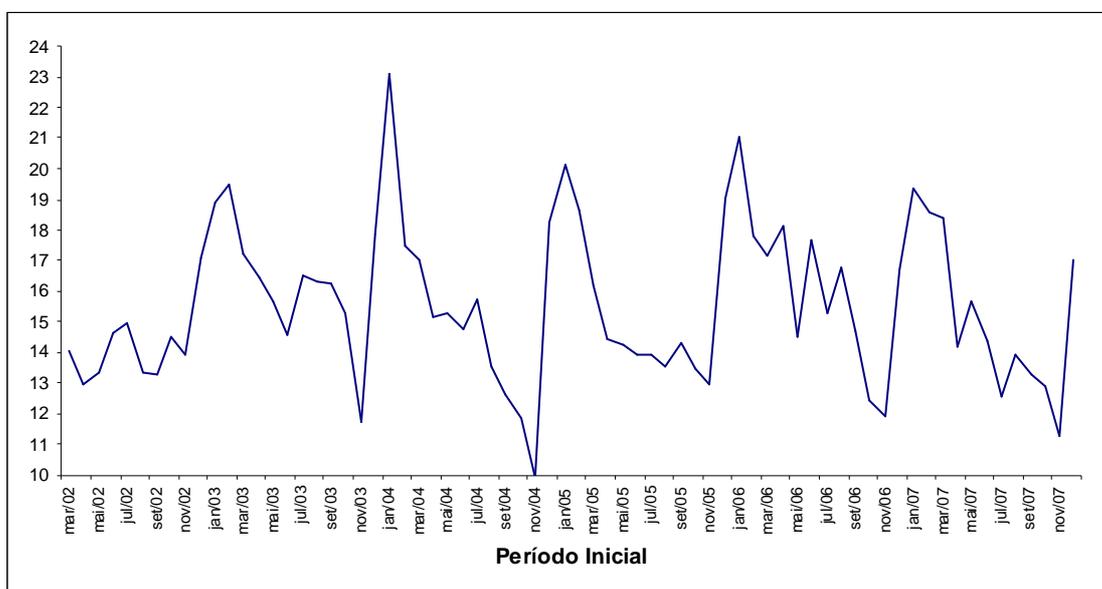
Taxa Anual de Abandono Escolar em 1 Ano
População que Frequentava Escola no Período Inicial
15 a 17 Anos de Idade



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Em seguida, apresentamos as mesmas informações desagregadas por mês. De acordo com o gráfico, quando as comparamos num intervalo de 12 meses, a maior taxa de abandono escolar foi em janeiro de 2004, ou seja, 23,10% daqueles que estudavam em jan03 já estavam fora da escola um ano depois.

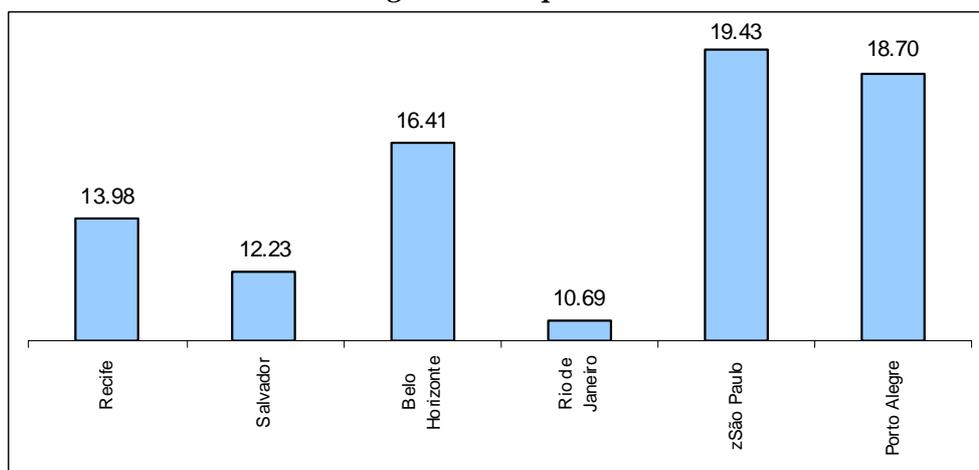
Taxa Mensal de Abandono Escolar em 1 Ano
População que Frequentava Escola no Período Inicial
15 a 17 Anos de Idade



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

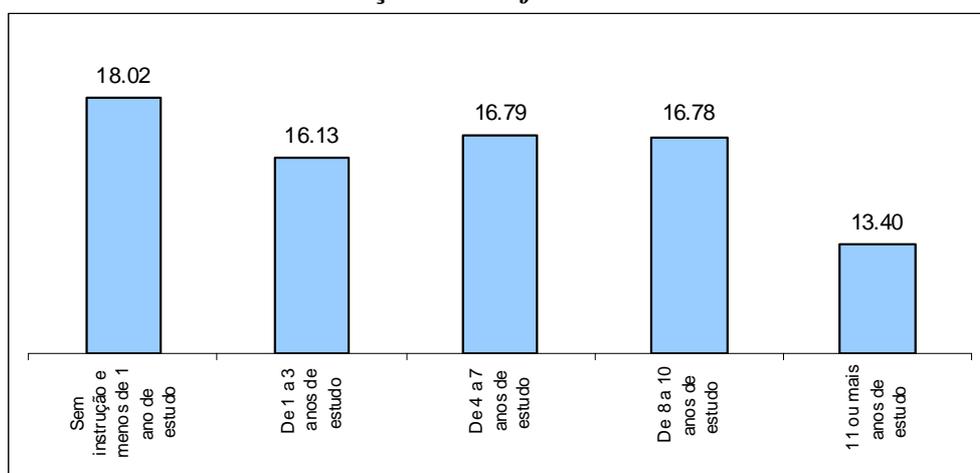
Corroborando as informações anteriores, regiões com maiores oportunidades são as que mais atraem os jovens para fora da escola. Conforme pudemos notar, a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas: São Paulo (19,43%) e Porto Alegre (18,70%) têm os maiores índices de abandono de um ano para o outro.

Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano
População que Frequentava Escola no Período Inicial
15 a 17 Anos de Idade
Regiões Metropolitanas



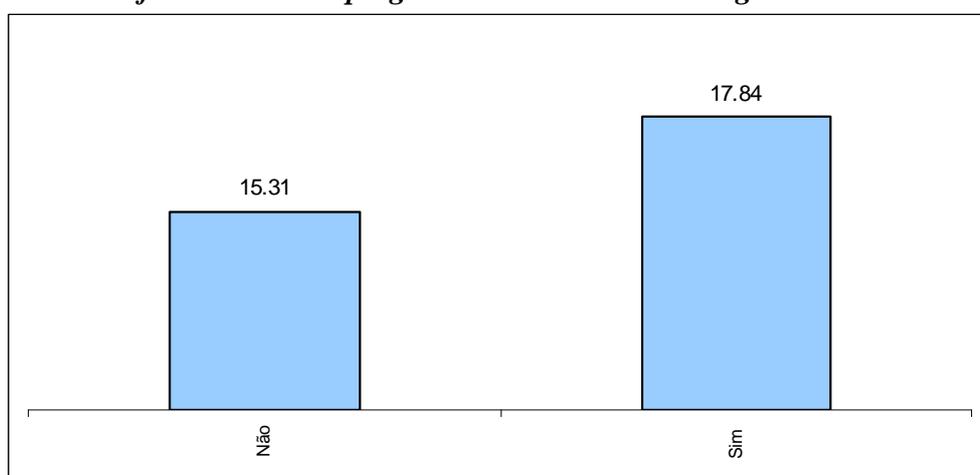
Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano
População que Frequentava Escola no Período Inicial
15 a 17 Anos de Idade
Educação do Chefe do Domicílio



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

Taxa de Abandono Escolar em 1 Ano
População que Frequentava Escola no Período Inicial
15 a 17 Anos de Idade
Chefe Perdeu o Emprego Entre Primeiro e no Segundo Período



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados PME/IBGE

É na combinação da demanda agregada de trabalho com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda que encontramos as maiores taxas de abandono escolar. Ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta a oportunidade de trabalho com a carência de renda.

Motivos da Evasão Escolar³

Texto Principal

Coordenação:

Marcelo Neri⁴

mcneri@fgv.br

Centro de Políticas Sociais /IBRE, REDE e EPGE

Fundação Getúlio Vargas

Equipe Técnica/Produção do CPS:

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento Monte

André Luiz Neri

Célio Pontes

Ana Beatriz Urbano Andari

Carolina Marques Bastos

Ana Lúcia Salomão Calçada

Marlus Pires

³ Esta pesquisa faz parte de projeto patrocinado pelo movimento Todos Pela Educação, pela Fundação Educar DPaschoal, pelo Instituto Unibanco e pela Fundação Getúlio Vargas.. Agradecemos o apoio do INEP do Ministério da Educação através da Rede – Rede de Estudos de Desenvolvimento Educacional - da Fundação Getúlio Vargas. Agradeço os comentários e sugestões de Priscila Cruz, Wanda Engel, Fátima Falcão, Reynaldo Fernandes, Mozart Neves, Isabela Paschoal, Luis Paschoal, Camila Iwasaki, Alice Ribeiro e dos participantes de reuniões da REDE da FGV e do grupo técnico do Todos pela Educação

⁴ Economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE, da EPGE e da REDE da Fundação Getúlio Vargas.

“Sei que quase nada sei,
Mas desconfio de muita coisa.”

Grande Sertão: Veredas
Guimarães Rosa

1) Introdução

Motivação

Países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes viabilizam seu futuro. Acaba sendo mais produtivo do ponto de vista social e fiscal prevenir do que remediar, investindo-se em educação. A educação constitui o verdadeiro custo de oportunidade da sociedade – qual seja a alternativa de investimento com maior retorno social disponível. Os gestores, pesquisadores e observadores da área social buscam, à luz da evidência empírica disponível, chegar a uma nova geração de políticas educacionais. Uma espécie de *Santo Graal* que nunca é alcançado, mas cuja busca conduz a renovadas conquistas. Se fôssemos sintetizar os principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções, diríamos: incentivos, informação e participação.

Uma política educacional baseada em incentivos e metas não deve se guiar apenas pelos quesitos técnicos da equidade e da eficiência. Não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis da política educacional, como o retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas informações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação são especialmente bem vindas. A literatura social concluiu há tempos sobre o alto poder explicativo da educação na alta desigualdade brasileira. Entretanto, faltam ao pai de família e ao jovem estudante brasileiro tomar ciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos exercidos sobre empregabilidade, salário e saúde. Precisamos, acima de tudo, que se informe a população sobre a importância da educação.

O “PAC Educacional”, lançado pelo Governo Federal, e uma série de iniciativas da sociedade civil, em particular o movimento Todos Pela Educação, colocam o ensino básico no centro do debate social brasileiro. O objetivo de pesquisas sobre educação é subsidiar o debate aferindo os impactos de diferentes políticas sobre o bem-estar da população brasileira. A presente pesquisa busca enxergar os dilemas da educação desde a perspectiva dos principais protagonistas da ação, quais sejam: estudantes e pais. Mesmo se vencermos todas as batalhas

para adotar as melhores práticas educacionais, perderemos a guerra caso as mesmas não contem com a consciência, concordância e ação destes atores. O desafio aqui é não só enxergar com os olhos dos estudantes e de seus pais por meio de bases de dados que examinam as suas percepções sobre o tempo despendido na escola e as motivações associadas, mas também fazê-los enxergar, por meio de indicadores de fácil interpretação, a perda incorrida ao abandonar a opção em favor de mais educação. Apenas o conhecimento dos benefícios associados à decisão de um maior tempo de permanência na escola permitirá que a educação atrativa e de qualidade se coloque no topo das prioridades deles, da sociedade civil e dos gestores federais, estaduais, municipais e escolares. Heuristicamente, buscamos informar os diversos atores envolvidos sobre os impactos, as percepções e motivações do cidadão comum.

Organização

O trabalho está dividido nesta introdução, conclusão, apêndices estatísticos, alguns quadros institucionais sobre a atuação das entidades envolvidas na parceria e mais duas seções centrais onde: estudamos os fatores subjetivos e objetivos de atratividade da escola. Na seção 2 tratamos das motivações do grupo de 15 a 17 anos de idade para evadir a escola. Finalmente, a seção 3 complementa esta análise estudando os fatores objetivos que afastam os adolescentes da escola.

Como dissemos, não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões. Os suplementos de educação da PNAD de 2004 e 2006 permitem não só captar os diversos componentes do tempo de permanência na escola, como também estudar até os 17 anos de idade, as motivações daqueles que estão fora da escola. Apresentamos na segunda seção do trabalho, evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à educação. Falamos aqui de perguntas diretas tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está? Estas evidências fornecem a oportunidade de explorar aspectos subjetivos envolvidos na decisão do indivíduo a continuar, ou não, a se educar.

A terceira seção da pesquisa complementa a anterior, analisando os fatores objetivos associados à entrada e à saída da escola. Analisamos a situação recente da educação nas 6 principais regiões metropolitanas do Brasil. O foco do estudo é a população entre 15 e 17 anos. Utilizamos aqui os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) que

possui periodicidade mensal e tem como vantagem a baixa defasagem de coleta/divulgação. Este fator é extremamente importante em termos do monitoramento das metas, pois possibilita analisar os dados no período posterior à criação do Movimento Todos pela Educação, indo até o final de 2008. Outra vantagem desta base é o seu caráter longitudinal, que possibilita o acompanhamento do mesmo aluno ao longo do tempo. Isto permite estudar os determinantes objetivos da evasão escolar com maior propriedade.

Todos Pela Educação (TPE)

O Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem uma Educação de qualidade. Partindo dessa idéia, representantes da sociedade civil, educadores, organizações sociais, iniciativa privada e gestores públicos de Educação se uniram no **Todos Pela Educação**: um movimento que tem como objetivo contribuir para que o País consiga garantir Educação de qualidade para todos os brasileiros.

O Todos Pela Educação não é um projeto de uma organização específica, mas sim um projeto de Nação. É uma união de esforços, em que cada cidadão ou instituição é co-responsável e se mobiliza, em sua área de atuação, para que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma Educação de qualidade.

A atuação do movimento inclui o monitoramento da Educação, por meio do acompanhamento de suas 5 Metas e da divulgação de pesquisas, dados e informações relacionadas ao tema; a maior e melhor inserção da Educação na mídia; a articulação, o fomento ao debate e a mobilização da sociedade.

Para alcançar a Educação que o Brasil precisa, foram definidas 5 Metas específicas, simples, compreensíveis e focadas em resultados mensuráveis, que devem ser alcançadas até 7 de setembro de 2022:

As 5 Metas do Todos Pela Educação:

Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.

Meta 2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.

Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série.

Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos.

Meta 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

As Metas, acompanhadas constantemente, servirão como direcionamento para que todos os brasileiros participem e cobrem melhorias na Educação.

Vencer o desafio educacional brasileiro passa pelo compromisso e pela ação de todos e de cada um. Só assim, em 2022, poderemos comemorar não só nossa independência como País, mas também nossa independência como Nação.

2) As Motivações dos Sem Escola

O que leva um adolescente a sair da escola? Muitas tentativas foram feitas no sentido de responder a esta questão. Grande parte da evidência empírica mostra que evasão escolar e pobreza estão intimamente relacionadas e que trabalho infantil prejudica a obtenção de melhores níveis educacionais. Pode-se argumentar que a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção acerca dos retornos futuros levem o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais. Outros estudos privilegiam os efeitos de restrições de renda e de crédito como causas de desvios da trajetória individual ótima de longo prazo. Uma linha de investigação que não vem sendo explorada devido à falta de dados é composta de perguntas diretas aos jovens que saíram da escola sobre as suas respectivas motivações: seria a necessidade imediata de geração de renda ou seriam os baixos retornos futuros, tal como percebidos por eles ou pelos gestores públicos? Respondemos esta questão a partir das respostas dadas, diretamente, pelos alunos sem escola e seus pais, a partir dos microdados dos Suplementos de Educação das Pesquisas Nacionais por Amostra e Domicílios (PNAD/IBGE).

Inicialmente, avaliamos a partir de dados objetivos o quanto diferentes níveis educacionais afetam a ocupação e a renda conquistada no mercado de trabalho. Os passos seguintes mostram que, apesar dos altos efeitos da educação na renda, existem outros efeitos a serem considerados pelos estudantes, como os impactos da escolaridade sobre a saúde percebida pelas pessoas. O objetivo destes exercícios é fornecer evidências empíricas sobre o paradoxo representado pelo alto retorno da educação aliado ao baixo investimento educacional, e assim, entender melhor os dilemas envolvidos nas decisões privadas dos indivíduos acerca da sua educação. Na verdade, o paradoxo está por trás tanto da alta e persistente desigualdade de renda no Brasil, quanto do baixo crescimento econômico experimentado nas últimas décadas. Mais educação gera ganhos tanto em termos de eficiência econômica como de equidade distributiva. Entretanto, se educação é tão boa em termos privados, por que as pessoas não investem mais nela?

Como dissemos, não basta enxergar as boas propriedades da política educacional, como o potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões. Apresentamos, no complemento do trabalho, evidências objetivas de alguns aspectos subjetivos associados à educação. Falamos aqui de perguntas diretas feitas aos alunos ou outro morador do domicílio, tais como: por que o jovem de determinada idade não frequenta a escola? É por que tem de trabalhar para o sustento da família, por que não tem

escola acessível, ou simplesmente por que ele não quer o tipo de escola que aí está? Estas evidências fornecem a oportunidade de explorar aspectos subjetivos envolvidos na decisão do indivíduo a continuar, ou não, a se educar.

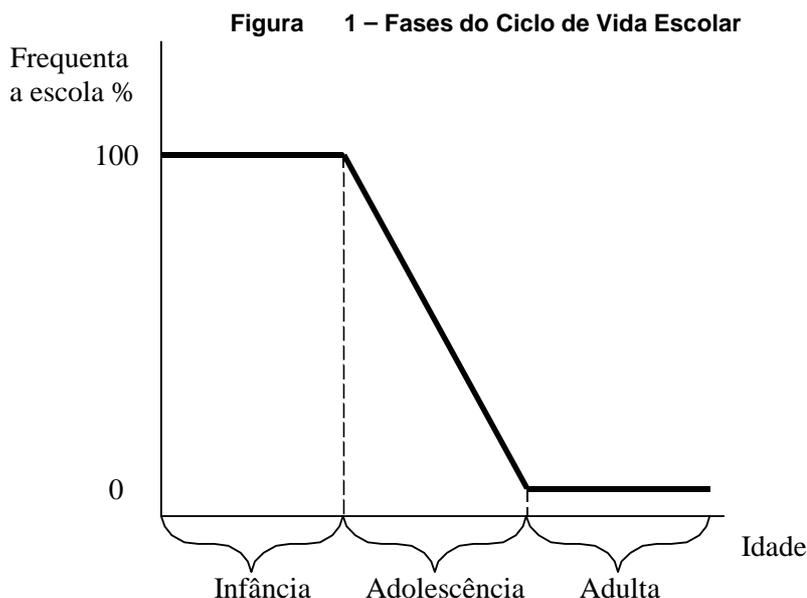
O esquema conceitual básico utilizado nesta parte é o modelo clássico de acumulação de capital humano por meio da escolha de alocação do tempo entre trabalho e estudo, presente nos seminais artigos de Gary Becker (1964) e Ben- Porath (1967) adaptados para responder as perguntas centrais. A seção está organizada da seguinte forma: dando seqüência a introdução, fazemos um breve retrospecto da literatura teórica e de aplicações empíricas ao caso brasileiro sobre as causas e conseqüências da decisão de evasão escolar em diferentes fases da vida. Caracterizamos, empiricamente, na terceira seção a transição da escola ao trabalho durante a juventude. Quantificamos na quarta seção a partir da última edição da PNAD de 2007, recém-disponibilizada pelo IBGE, os prêmios da educação, auferidos durante a fase adulta no mercado de trabalho. Ainda na quarta seção, exemplificamos a operação de outros efeitos da educação sobre a saúde percebida pelas pessoas que serão notados em particular na velhice. A quinta seção, a mais importante do capítulo, capta, a partir dos suplementos educacionais da PNAD de 2004 e 2006, os ganhos resultantes da educação tal como são percebidos pelo cidadão comum na faixa dos 15 a 17 anos de idade - que corresponde ao grosso das pessoas em idade escolar fora da escola. Em particular, propomos classificação das motivações fornecidas por pais e filhos entre 15 e 17 anos, acerca da decisão de abandono escolar, assim como causas e prescrições de políticas associadas. Na sexta e última seção, sintetizamos os principais resultados desta parte.

Revisão da Literatura

Uma discussão simplificada do modelo de Ben-Porath⁵ sobre produção de capital humano⁶ e os rendimentos ao longo do ciclo da vida permite compreender os fundamentos dos principais determinantes e impactos educacionais analisados neste capítulo. Este modelo aplica a teoria do capital a decisões sobre investimentos em educação e aos retornos auferidos em termos da capacidade de geração de renda ao longo do ciclo da vida. A escolha está aqui retratada por simplificação, em três períodos: infância, adolescência e fase adulta, conforme a Figura 1.

⁵ Ben-Porath (1967) baseou-se em Friedman e Kuznets (1945), Mincer (1958) e Becker (1964).

⁶ Capital humano, aqui, trata do conjunto de habilidades e conhecimentos que se acumulam e aumentam a capacidade do indivíduo de desempenhar funções laborais.



O modelo de Ben-Porath demonstra a trajetória ótima de investimento, suas implicações na alocação de tempo das pessoas e como os rendimentos são afetados pelas diferentes escolhas educacionais feitas nas fases iniciais do ciclo de vida. De maneira geral, a época na qual o indivíduo investe mais nele próprio é na infância e na juventude, pois pode auferir retornos do investimento por mais tempo. Por esta mesma razão, os salários aumentam com a idade como consequência dos investimentos em capital humano feitos no passado, captados pelos anos completos de escolaridade e pela própria experiência trabalhista progressiva.

Aqui, os benefícios da educação na infância não serão considerados, mas a análise focalizará as fases posteriores da adolescência e adulta. Pais e filhos escolhem a frequência escolar na adolescência que maximize o valor presente da soma dos ganhos que um indivíduo terá ao longo de sua vida – isto é, uma equação em que se considerem os custos e benefícios de trabalhar vis-à-vis custos e benefícios de continuar estudando. Na fase adulta, o indivíduo vai trabalhar em horário integral, pois é nessa fase que não só começa a colher os frutos do seu investimento progressivo em educação, como também lhe falta o incentivo para continuar investindo no aumento do seu capital humano, visto que é menor seu horizonte de tempo para auferir os ganhos da educação no futuro.

A literatura de retornos da educação na fase adulta é bastante extensa no Brasil, tendo como pedra fundamental o seminal trabalho de Carlos Langoni (1973). Iremos reproduzir neste capítulo, estimativas dos prêmios trabalhistas de educação usando a última versão da

principal base de microdados disponível para este tipo de estudo: a PNAD 2007⁷. Olhamos então o impacto da educação. O objetivo é elucidar a existência do paradoxo de baixo investimento da educação no país apesar dos altos prêmios privados esperados, cujo principal corolário coletivo é a alta e persistente desigualdade brasileira de rendimentos.

Aplicando o modelo à decisão de escolaridade na adolescência que estamos investigando com mais profundidade neste capítulo, os pais (ou os próprios jovens) tem as seguintes escolhas a fazer para cada filho ou filha: mandá-los para a escola, mandá-los tanto para a escola como para o trabalho, ou apenas para o trabalho. Esta escolha depende do custo de oportunidade trabalhista presente do tempo da criança *versus* o valor que se pode antecipar em relação ao novo fluxo de rendimentos futuros que decorrerão da acumulação de mais capital humano. O indivíduo pode gastar maior ou menor parte da adolescência na escola ou no trabalho. A produtividade da escolaridade vai depender do capital humano acumulado, que, por sua vez, depende dos atributos de capital humano dos pais e do desempenho escolar da criança⁸.

A decisão dos pais é se enviam ou não os filhos à escola, e caso enviem, qual será a frequência escolar da criança: parcial ou integral. Se os pais enfrentam restrições em sua liquidez e liberdade de escolher, associadas à baixa renda, poderá haver desvios em relação à trajetória ótima de longo prazo prevista no modelo. Em particular, choques negativos na renda dos pais aumentam a probabilidade dos filhos de abandonar a escola. Numerosos estudos têm mostrado que, mesmo quando controlamos a análise levando em conta o estoque de riqueza física ou humana inicial, há uma relação positiva entre a renda familiar corrente e o avanço escolar. As taxas de repetência para os primeiros dois anos de escolaridade são negativamente relacionados ao nível de renda dos pais, usando dados retrospectivos de São Paulo de 1982⁹.

Seguindo nesta linha, a literatura investiga os efeitos dos choques transitórios de renda nas famílias. Duryea (1998), Neri et al. (2000) demonstram o efeito negativo do pai que fica desempregado sobre o avanço escolar da criança quando controlamos pela educação e pelos salários iniciais do pai, usando dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para as principais metrópoles brasileiras. Esses resultados demonstram que o tempo da criança é utilizado para suavizar choques transitórios de renda não esperados pela família, de forma que são consistentes com os modelos educacionais que incorporam hipóteses de mercados de crédito imperfeitos, que são ainda mais imperfeitos na baixa renda.

⁷ Prêmios trabalhistas se referem ao impacto relativo da educação sobre salários e empregabilidade.

⁸ O impacto do capital humano inicial sobre a escolaridade é ambíguo na medida em que tanto aumenta o custo de oportunidade da escolarização, como a produtividade marginal incorrida na escolarização

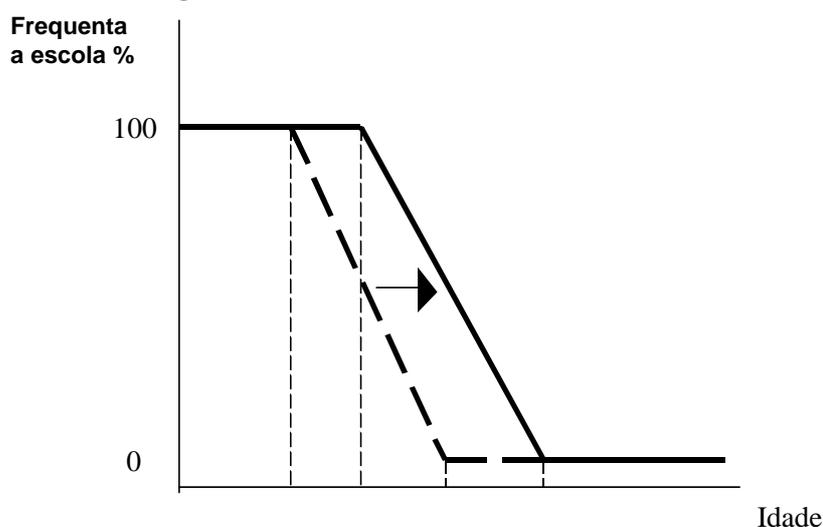
⁹ Mello, Souza et alii (1996).

Parker e Skoufias (1998) estudam os efeitos de perdas de emprego e de mudanças de estado civil na alocação do tempo nas famílias mexicanas. Eles descobriram que as crianças são insensíveis aos choques econômicos, que foram medidos por meio das perdas de emprego, mesmo durante períodos de crise econômica. Eles, no entanto, encontraram alguns efeitos negativos do divórcio que são mais severos durante as crises econômicas.

Jacoby e Skoufias (1997) relacionam a imperfeição dos mercados de crédito com a acumulação de capital humano em um estudo que investiga as respostas do avanço escolar infantil às flutuações das rendas das famílias agrárias nas áreas rurais da Índia. Olhando para as reações das famílias aos choques de renda agregados e idiossincráticos, antecipados e não antecipados, eles também revelam o uso predatório do tempo das crianças, estudando menos e trabalhando mais como forma de suavizar o impacto de choques. Outro trabalho dos mesmos autores testa teorias de comportamento de consumo olhando para o impacto das chuvas de monção, como estimativas de mudanças idiossincráticas e não antecipadas de renda. Eles notam que as famílias suavizam o efeito de flutuações de renda por meio do uso predatório do tempo das crianças e adolescentes.

No aspecto normativo, o objetivo deste tipo de estudo é nortear o desenho e a aplicação de políticas públicas, na melhora da oferta escolar, na qualificação da demanda escolar por meio da conscientização de pais e alunos sobre os ganhos futuros oferecidos pelo investimento em educação. Também se sugerem ações que visam retirar as famílias de baixa renda do equilíbrio de baixa escolaridade para um de alta escolaridade por meio da oferta de crédito educativo, ou da adoção de programas de transferência de renda com condicionalidades educacionais, entre outros. O objetivo comum destas ações é aumentar o tempo investido na educação nos termos da Figura 1, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 – Impactos de Políticas na Vida Escolar



Heuristicamente, trata-se de uma tentativa de aumentar o tempo de infância e adolescência, nos quais há investimento mais ou menos intensivo na formação de capital humano.

Da Escola ao Trabalho

A juventude é aquela fase intermediária da vida, situada na transição da criança para o mundo adulto, idealmente do estudo ao trabalho. Os Gráficos 1 e 2 evidenciam esta transição, captando a fase desde a primeira infância até os 30 anos de idade. Por exemplo, aos 13 anos de idade, que em algumas culturas marcam um ritual de passagem para a adolescência (ex: *teenagers* nos EUA) a proporção que frequenta a escola é de 97% caindo para 74% aos 17 anos, quando sofre uma aceleração caindo para 53% aos 18 anos de idade, e daí cai mais lentamente até atingir 10% aos 30 anos de idade. A proporção de pré-adolescentes que trabalham segue o sentido inverso, indo de 10% aos 13 anos de idade para 37% aos 17 anos, quando sofre uma desaceleração no crescimento, ascendendo para 54% já aos 18 anos de idade e daí cresce, mais lentamente, até atingir 74% aos 30 anos de idade.

Gráfico 1

Frequenta escola (%)

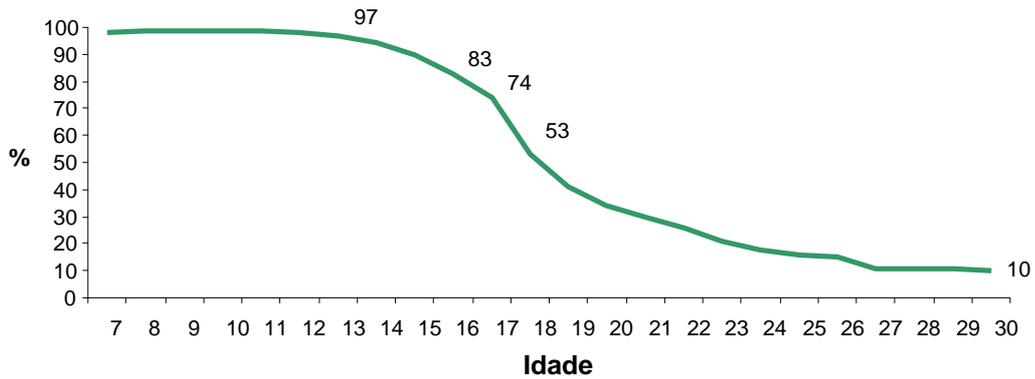
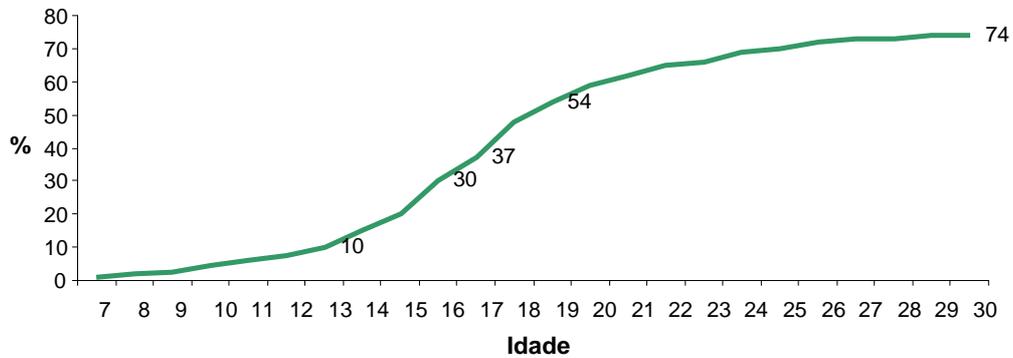


Gráfico 2

Trabalha (%)



Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD 2006/IBGE

Neste sentido, na maioridade legal aos 18 anos os jovens são ainda meio estudantes (53% frequentam a escola), meio trabalhadores (54% trabalham). Obviamente, muitos trabalham e estudam, simultaneamente, enquanto outros não trabalham nem estudam. A proporção daqueles que não estudam e não trabalham, que é de apenas 2,4% aos 13 anos, sobe deste ponto em diante, em particular aos 18 anos quando atinge 21% e se estabiliza neste patamar mais alto, atingindo 23% aos 30 anos de idade. Ou seja, do início da adolescência a maioridade legal, aumenta a proporção de pessoas que não estudam nem trabalham.

Prêmios da Educação na Fase Adulta

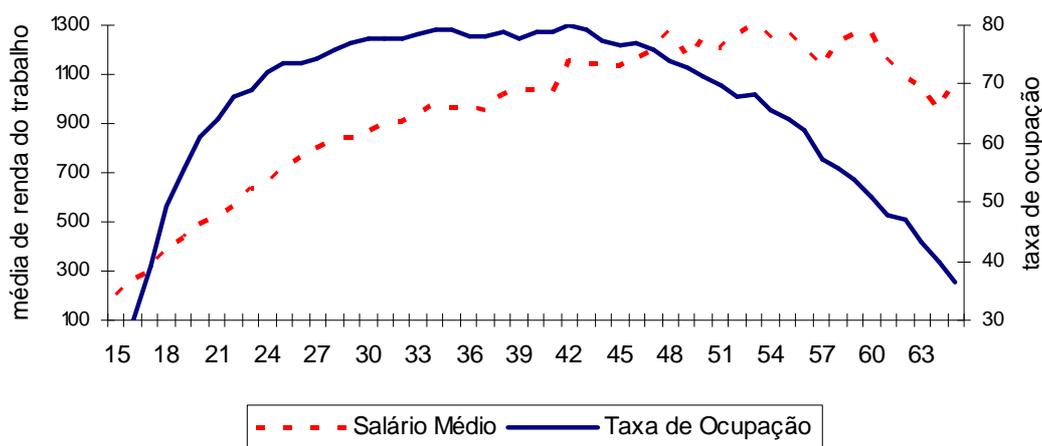
a) Retornos Trabalhistas da Experiência

A ênfase desta seção está em informar o indivíduo acerca do impacto de sua decisão sobre variáveis econômicas, mais especificamente na renda individual dele (e não da família como renda domiciliar per capita, por exemplo). A variável de escolha fundamental é o nível

educacional. Enfatizamos na análise os impactos sobre duas variáveis de desempenho trabalhista: a renda do trabalho de quem está ocupada (salário) e a empregabilidade (ou ocupação). (Neri, 2008)

Seja na escolha privada de carreira, seja na decisão pública de abertura de novas escolas, é fundamental saber como o mercado valora a educação. Mesmo ao gestor de políticas e recursos educacionais que busca aperfeiçoar o retorno social de suas decisões, o ganho ou retorno que se tem na esfera privada é componente fundamental do retorno social auferido. Apresentamos aspectos relacionados ao desempenho no mercado de trabalho sob a ótica do ciclo da vida individual. O Gráfico 3 mostra que a taxa de ocupação em geral cresce à medida que caminhamos em níveis mais altos de experiência aproximados pela idade, atingindo o pico aos 42 anos (79,95%), tornando-se decrescente, posteriormente. Em termos de salário, o pico é de R\$ 1307 - atingido por aqueles com 53 anos de idade.

Gráfico 3 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007

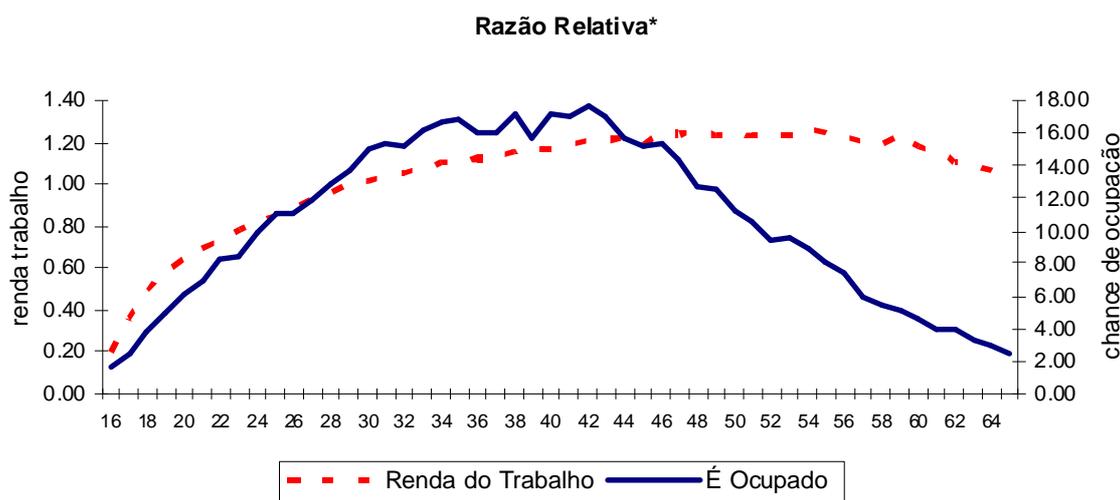


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE

Um dos modelos mais populares em análises dos prêmios oferecidos pela educação são as equações de salário, criadas por Jacob Mincer (1958). Deste exercício aplicado ao Brasil contemporâneo, aprendemos que - quando comparamos pessoas com o mesmo sexo, educação, região, raça, status migratório, permitindo apenas variar a idade (mimetizando assim no Gráfico 4 a trajetória do ciclo de vida adulto de uma mesma pessoa) - o pico da renda de trabalho se dá aos 54 anos. Exercício semelhante aplicado à chance do indivíduo dispor de ocupação se dá 12 anos antes, ou seja, aos 42 anos. O que notamos nas séries é que o formato da curva de ocupação em forma de sino com crescimento da chance de ocupação na

juventude atinge o ápice na meia idade e decai daí para frente. Isto é obtido controlando-se ou não as demais características dos indivíduos. No caso da renda média dos ocupados por idade, observamos uma fase de ascensão da renda até o seu auge os 54 anos, mas caindo pouco a partir deste ponto.

Gráfico 4 - Mercado de Trabalho e Ciclo da Vida - 2007



*Base = 15 anos de idade * Mantendo constante: educação, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, mora em favela e unidade da federação.*

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE

b) Prêmios Educacionais

O impacto da escolha educacional a ser analisado refere-se às mudanças observadas quanto à inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Olhamos agora o prêmio individual resultante do impacto do nível de escolaridade sobre a probabilidade de a pessoa se ocupar e sobre o salário obtido no trabalho principal pelos ocupados.

A Tabela 1 revela com clareza como a hierarquia educacional se reflete nas hierarquias de ocupação e salários. Exemplo: a trajetória de salários por nível educacional vai desde os R\$ 392 de salário (R\$ 2,42 de salário-hora) dos analfabetos até os R\$ 3.469 de salário (R\$ 20,7 de salário-hora) daqueles que já freqüentaram a pós-graduação. Similarmente, a taxa de ocupação entre os extremos do espectro educacional sobe de 59,9 % para aqueles que nunca passaram de um ano de estudo, até 86,4% daqueles que já sentaram nos bancos da pós-graduação. Mesmo quando comparamos pessoas com as mesmas características sociodemográficas — como sexo, idade, raça e geografia — menos a educação,

os salários dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação, 422% maior. O que impressiona nesses dados é a regularidade da correspondência do *ranking* onde cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista.

Tabela 1 - Impactos Trabalhistas da Educação 2007

Nível + Alto Cursado	Taxa de Salário Ocupação R\$		Resultados Controlados*	
			Chance de Prêmio Ocupação*	Salarial*
Analfabetos	59,8	392	1,00	0,00
Fundamental	63,6	604	1,35	42,35
Médio	68,4	847	2,22	119,42
Superior	78,6	1728	3,87	284,10
Pós-Graduação	86,3	3469	5,22	544,44

* por idade, gênero, raça, status migratório, tamanho de cidade, favela e UF .

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE

Temos nos Gráficos 5 e 6 as medidas de prêmio educacional abertas por cada ano de estudo completo sem e com controles sócio-demográficos.

Gráfico 5 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007

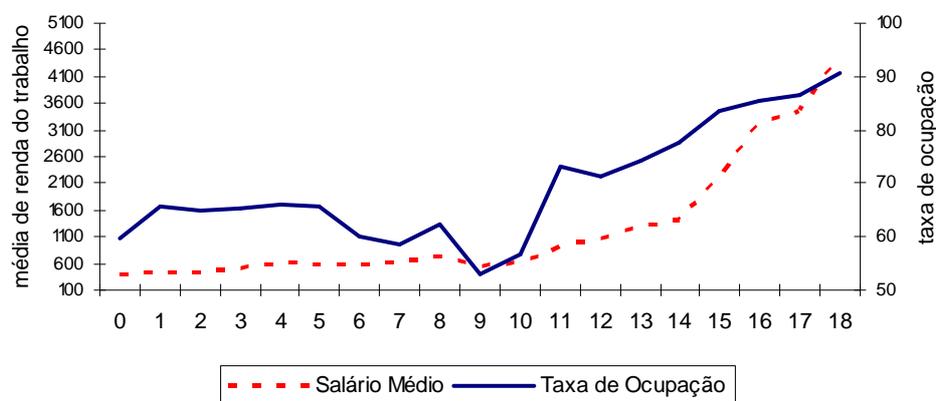
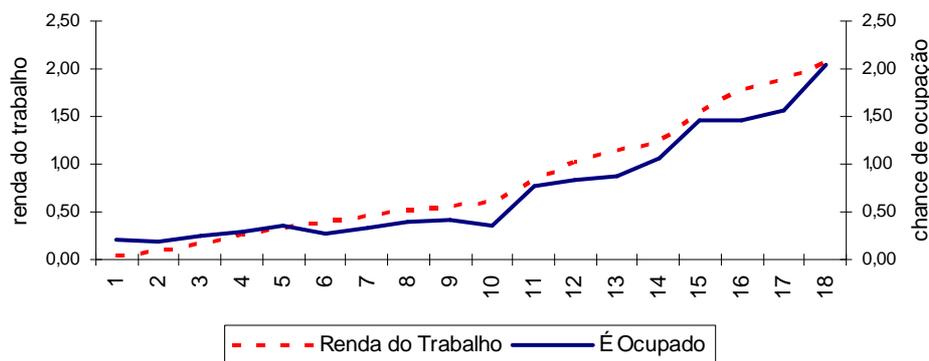


Gráfico 6 - Prêmio Educacional por Anos de Estudo - 2007
Razão Relativa*



Base = sem instrução, * por idade, gênero, raça, migração, tamanho de cidade, favela e UF.
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD 2007/IBGE

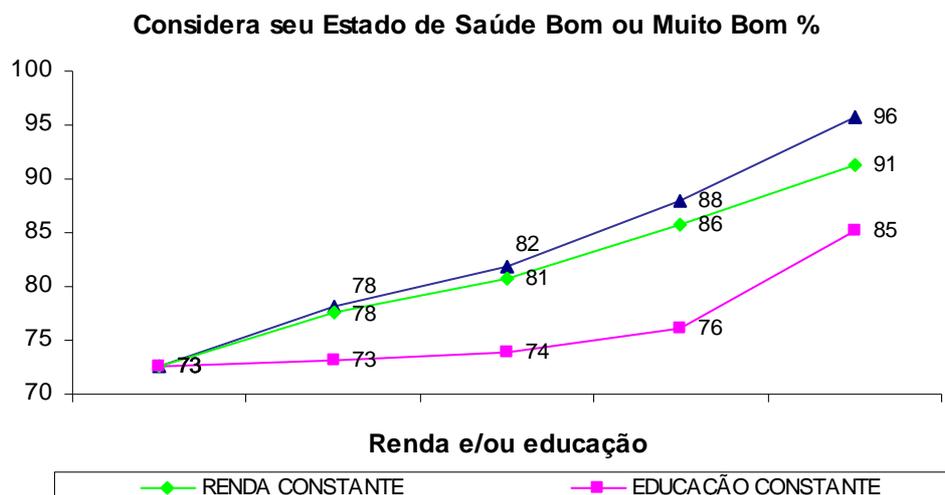
Impressiona a regularidade como os cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista. Ou seja, a hierarquia dos níveis educacionais se espelha no *ranking* trabalhista. Note-se que a curva da taxa de ocupação por idade é mais inclinada e simétrica, em torno de um formato de sino, que a de salário, que tende a apresentar um decréscimo mais suave no final do ciclo da vida. Uma primeira justificativa para os jovens ignorarem a importância da educação é o desconhecimento destas variáveis objetivas - o que conferiria relevância a este exercício. Outra justificativa é que os ganhos resultantes da educação ocorrem no longo-prazo, quando nem todos podem esperar para auferi-los. Também há casos em que as restrições no mercado de crédito impedem famílias de baixa renda de tomar a decisão de continuar estudando, que seria a trajetória privada de maior valor esperado no futuro.

c) Prêmios na Percepção de Saúde

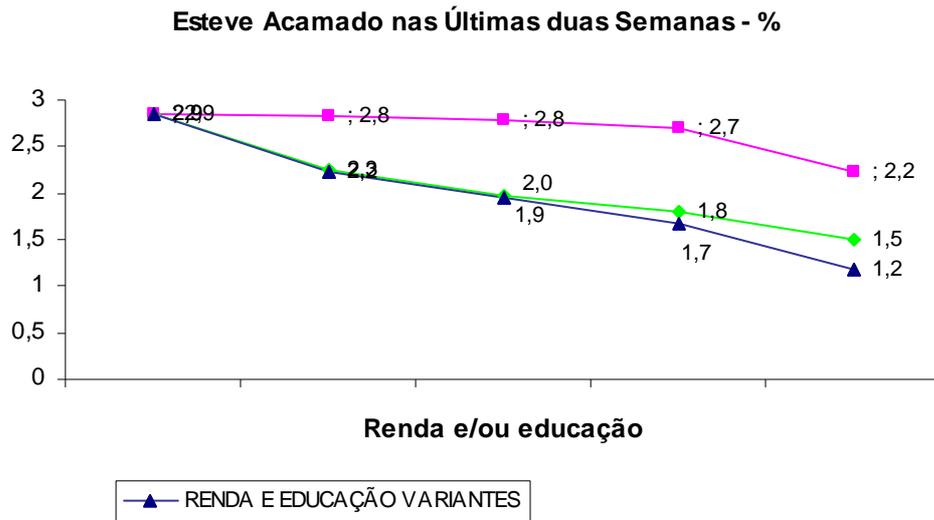
Indo além do pragmatismo da geração de renda, uma maior escolarização impacta em outros elementos da vida dos indivíduos: fecundidade, criminalidade, expectativa de vida entre outros (Berhman 1996). Nestes casos, a educação afeta variáveis de interesse pelos efeitos direto e indireto, função da maior renda gerada. Tomamos dados de autopercepção geral de saúde tais como: o fato da pessoa considerar o seu estado de saúde bom ou muito bom; ou, se ela ficou acamada nos últimos 15 dias. A saúde percebida melhora com a renda per capita e com a educação da pessoa que são positivamente correlacionados. Mas o que é mais importante: escola ou renda? Até que ponto os impactos da educação sobre a saúde são incorporados por meio da renda? A fim de responder a esta pergunta fazemos simulações

empíricas cujos cenários estão projetados pelos seguintes símbolos¹⁰: i. permitimos as duas variáveis mudarem - Δ ; ii. mantemos a educação constante e deixamos a renda mudar - \square ; iii. mantemos a renda constante e deixamos a escolaridade mudar - \diamond . A lição, visível no Gráfico 7 é que 95% do efeito das melhoras da saúde observadas com mudanças da educação e da renda associada se dão pelo efeito direto da educação (i.e. mantendo a renda constante). Proporção semelhante é observada no Gráfico 8 para pessoas que ficaram acamadas nas últimas duas semanas onde as mudanças da educação sozinhas respondem por 89,4% das melhoras de saúde obtidas. Ou seja, mudanças na educação explicam, mais detidamente do que os deslocamentos equivalentes de renda, as melhoras da saúde percebida. O problema aqui do ponto de vista do planejamento privado é que a educação é em larga medida definida no começo da vida e o grosso dos impactos sobre a saúde são sentidos na fase final.

Gráficos 7 e 8 – Educação, Renda e Saúde Percebida



¹⁰ Este exercício simula no modelo logístico estimado em Neri e Soares (1998) cenários de mudanças na educação e na renda familiar per capita mantendo, ou não, a outra variável constante. No cenário de constância mantemos ambas variáveis ao nível da categoria educacional mais baixa (sem instrução e renda per capita R\$ 162). No cenário que a renda muda, permitimos as alterações previstas numa equação de renda per capita *versus* educação.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do suplemento da PNAD/IBGE de 2003.

A taxa interna de retorno da educação que se considera relevante inclui, além dos ganhos trabalhistas vistos, aqueles custos de oportunidade trabalhistas (ou seja, o que se deixa de estudar ao permanecer trabalhando) que crescem conforme o nível de escolaridade, bem como, os custos diretos privados e públicos de educação. Barbosa e Pessoa (2007) seguindo Castro (1970) e Langoni (1974) calculam, com propriedade, que as taxas de retorno sociais (os ganhos proporcionados pela educação sobre salários) em torno de 15% por ano de estudo. Cabe notar que, embora estas taxas se encontrem num nível alto (por exemplo, maior que o custo de financiamento do governo brasileiro), a taxa interna de retorno da educação relevante para a decisão de pais e filhos é ainda mais alta, pois tal taxa exclui os custos públicos da educação e inclui outros benefícios privados derivados da educação que vão além da renda gerada, e causam ganhos na saúde privada vistos acima. Neste sentido, a alta evasão escolar constitui um paradoxo. Se a educação gera um retorno privado tão alto, por que os brasileiros investem tão pouco nela?

Instituto Unibanco

Fundado em 1982, o Instituto Unibanco tem como missão aumentar o capital humano de jovens em situação de vulnerabilidade, por meio da concepção, validação e disseminação de princípios e tecnologias sociais capazes de aumentar a efetividade de políticas públicas, especialmente na área da educação.

Para atingir essa meta, seu mais importante âmbito de atuação é a escola pública de Ensino Médio – cujo diploma é o passaporte mínimo para a inclusão das novas gerações no mercado produtivo.

O segundo âmbito de atuação do Instituto estabelece, principalmente por meio da Lei de Aprendizagem, um vínculo entre o mundo da escola e o mundo do trabalho.

Mas, além de aumentar sua escolaridade e desenvolver experiências e habilidades básicas para o mundo do trabalho, é necessário, também, que o jovem construa uma visão de futuro, um senso de responsabilidade por suas ações nos campos econômico, social e ambiental. Disso, o Instituto Unibanco trata em seu terceiro âmbito de atuação que visa a desenvolver nos jovens o valor do amanhã e aumentar sua consciência sócio-ambiental e financeira.

Finalmente, o Instituto atua num quarto âmbito, com ações que visam a ampliar o universo cultural dos jovens. São programas que incluem sempre uma proposta de acesso a bens culturais, sob a forma, entre outras, de ida a cinema, teatro, exposições ou concertos.

O compromisso do Instituto Unibanco é contribuir para a transformação do cenário atual, desenvolvendo ações, em parceria com governos e organizações da sociedade civil, capazes de melhorar o desempenho de alunos do nível médio, de encontrar caminhos para o combate à crise de evasão, que afeta esse nível de ensino, e de possibilitar a conexão entre a escola e o mercado de trabalho.

Enfrentar o verdadeiro “apagão” da qualificação, que hoje afeta nossa economia, e reverter os crescentes níveis de desemprego, desocupação e violência entre jovens depende da inserção e permanência de nossa juventude numa escola média de qualidade - que forme profissionais competentes e cidadãos conscientes de suas responsabilidades socioambientais e econômicas, com uma visão abrangente do mundo e da sociedade em que vivem, mas principalmente com perspectivas reais de um futuro digno, humano e promissor.

Os Motivos da Evasão Escolar

b. Tipologia de Motivações

O questionário tradicional da PNAD permite observar como a frequência escolar varia ao longo da fase de transição da infância ao mundo adulto, da especialização na escola ao início da vida profissional. Em 2006, 2,7% daqueles entre 10 e 14 anos estavam fora da escola, subindo para 17,8% na faixa entre 15 e 17 anos que é a faixa etária do ensino médio, caso não houvesse atraso escolar. Nesta última faixa etária residem os maiores obstáculos da repulsão escolar e onde começam a se multiplicar os fatores de atração trabalhista. Focamos, então, nesta faixa etária crítica pelo potencial que representa de trazer pessoas em idade escolar.

Os suplementos de educação da PNAD de 2004 e 2006 permitem enxergar as motivações daqueles que estão fora da escola até os 17 anos de idade, e aprimorar o foco e o desenho das políticas a partir das necessidades e percepções de quem toma a decisão de ir, ou não, à escola. A pergunta encontrada no questionário está colocada abaixo:

10a	Qual é o principal motivo do(a) ___ não freqüentar escola ou creche?	
01	<input type="checkbox"/>	Ajudar nos afazeres domésticos
02	<input type="checkbox"/>	Trabalhar ou procurar trabalho
03	<input type="checkbox"/>	Falta de transporte escolar
04	<input type="checkbox"/>	Falta de dinheiro para as despesas (de mensalidade, material, transporte, vestuário e calçados, etc.) para s manter na escola ou creche
05	<input type="checkbox"/>	Falta de documentação
06	<input type="checkbox"/>	Não existe escola ou creche perto de casa
07	<input type="checkbox"/>	Falta de vaga na escola ou creche
08	<input type="checkbox"/>	Concluiu a série ou curso desejado 1970
09	<input type="checkbox"/>	Não tem quem o(a) leve
10	<input type="checkbox"/>	Doença ou incapacidade
11	<input type="checkbox"/>	Não quis freqüentar escola ou creche (problemas com a direção, professor, colegas, outro motivo, etc.)
12	<input type="checkbox"/>	Expulsão da escola ou creche que freqüentava
13	<input type="checkbox"/>	A escola ou creche perto de casa não oferece outras séries ou curso mais elevado
14	<input type="checkbox"/>	Os pais ou responsáveis não querem que freqüente
15	<input type="checkbox"/>	Os pais ou responsáveis preferem que trabalhe
16	<input type="checkbox"/>	Outro motivo.
		(siga 11)

Inicialmente, agregamos a partir destes elementos as motivações das pessoas que estão fora da escola em quatro grandes grupos, a saber: i) Dificuldade de acesso à escola (10,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%). iii) Falta intrínseca de interesse (40,3%). iv) Outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que todos os três grupos de motivos aventados explicam a quase 80% das respostas, mas o que se destaca são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7% das motivações apresentadas contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas. 21,7% dos adolescentes que não freqüentam a escola o fazem por outros motivos.